



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9553

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Não votados e/ou não tramitados

Autoria: Valcir Soares da Silva

Data: 24/01/2017

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 05/2017. (NÃO VOTADO). Fica estabelecida a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento, exclusivo para veículos de transporte escolar, em frente aos estabelecimentos de ensino do Município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 26.9

Posição: 02

Número de folhas: 05

Especie: P.L
Categoria: Não votados
Ex: 26.9
Ordem: 02
nº folhas: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 05/2017

AUTOR:

Ver. Valcir Soares Silva

ASSUNTO:

Fica Estabelecida a Obrigatoriedade da Reserva de Vagas de
Estacionamento Exclusivo para Veículos de Transporte Escolar.

MOVIMENTO

- 1 - _____
- 2 - Entrada em 24/01/2017
- 3 - Comissão Legislação e Justiça.
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº 05 /2017

Ass. Cont. 24/01/2017

Fica estabelecida a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento exclusivo para veículos de transporte escolar

O povo do Município de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento exclusivo para veículos de transporte escolar em frente às creches e escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas no Município de Montes Claros.

Art. 2º - O direito a utilização das vagas exclusivas no artigo anterior, fica restrito aos veículos de transporte escolar devidamente cadastrado junto ao órgão de trânsito competente no município.

Art. 3º - O direito a utilização das vagas exclusivas fica limitado ao tempo necessário para embarque e desembarque dos estudantes transportados.

Art. 4º - Fica a cargo do órgão municipal competente a fiscalização e aplicação das devidas sanções pelo descumprimento desta norma.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Sala das reuniões da Câmara Municipal 24 de janeiro de 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

JUSTIFICATIVA

Podemos observar que em áreas que possuem escolas, cada vez mais os engarrafamentos são constantes. As escolas que não possuem vagas para o embarque e desembarques dos passageiros obrigam os motoristas dos veículos a pararem no meio da rua, congestionando o trânsito. Além de congestionar o trânsito, as paradas irregulares desses veículos oferecem riscos a vida dos passageiros que são obrigados a atravessarem ruas movimentadas e andar por calçadas sem qualquer proteção. A criação destas vagas é de extrema importância porque ajudará a desafogar e regularizar o trânsito nessas regiões, além de não por em risco a vida dos passageiros. Pelo exposto, peço aos nobres colegas vereadores apoio á aprovação desta proposta.

Sala das reuniões, 24 Janeiro 2017


Valcir Soares Silva
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 24 DE MARÇO DE 2017
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 005/2017 que "Fica estabelecida a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento exclusivo para veículos de transporte escolar.", de autoria do Vereador Valcir Soares Silva.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como finalidade tornar obrigatório a reserva de vagas de estacionamento exclusivo para veículos de transporte escolar em frente às creches e escolas do Município de Montes Claros.

Um dos princípios norteadores da Constituição Federal é o da independência dos poderes, sendo que um não pode ingerir sobre o outro.

No presente caso, o próprio artigo legisla sobre questão atinente ao Poder Executivo, qual seja, organização do trânsito e ainda, cria, em seu art. 4º obrigações para o Executivo Municipal.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e Ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 25 de janeiro de 2017.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605